



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo
Rua XV de Novembro, 299 – 18150-000 – Ibiúna – SP. – Fone/Fax: (15) 241-1266
e-mail: cmibiuna@interlegis.gov.br

REQUERIMENTO Nº 45/2002

APROVADO

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA

TURÍSTICA DE IBIÚNA

EM 04 DE ABRIL DE 2002

PRESIDENTE 1º SECRETÁRIO

Requeiro à Mesa, satisfeitas as formalidades regimentais, seja o presente encaminhado ao **Senhor Flávio Furtado, diretor da Empresa de Ônibus Cidade de Ibiúna** para que o mesmo preste as seguintes informações a esta Casa de Leis:-

1 – Qual o motivo de não estar sendo emitida Carteiras de Transporte Gratuito aos maiores de sessenta anos, aos deficientes físicos e aposentados conforme disposto no parágrafo 4º. do Artigo 171 da Lei Orgânica do Município de Ibiúna;

2 – Qual o motivo de não estar circulando os ônibus no sentido Bairro Puris, sendo que circulou por três meses no final do ano passado.

JUSTIFICATIVA:-

Justifica-se o presente Requerimento, pois este Vereador vem sendo constantemente procurado e cobrado pelos usuários de transporte coletivo, idosos, deficientes físicos e aposentados quanto a burocracia e recusa pela empresa permissionária em conceder a Carteira para transporte gratuito aos mesmos, sendo que a Lei Orgânica dá esse direito.

Justifico ainda que os moradores do Bairro do Puris também reclamam da falta de ônibus que circulou por apenas três meses e parou de repente, sem nenhuma satisfação aos mesmos.

SALA DAS SESSÕES, VEREADOR RAIMUNDO DE ALMEIDA LIMA, EM 23 DE ABRIL DE 2002.

Paulo Kenji Sasaki
Paulo Kenji Sasaki
(Paulinho Sasaki)
Vereador - PTB

Dr. João Mello
Dr. João Mello
Vereador

Paulo Dias de Moraes
PAULO DIAS DE MORAES

VEREADOR

Fortunato Coelho Ramalho
FORTUNATO COELHO RAMALHO

VEREADOR

Jair Cardoso de Oliveira
JAIR CARDOSO DE OLIVEIRA

VEREADOR

Leoncio R. da Costa
LEONCIO R. da Costa
(LEONCINHO)
Vereador - P.T.B

Juventino de Almeida Dias
Juventino de Almeida Dias
Vereador PSD

Vereador:
Paulo Dias de Moraes
Rua Plácido Otatti de Lima, 12
18150-000 - Ibiúna - SP.

Valdeir Frioli
Valdeir Frioli
Vereador

Páezero Antonio de Freitas
Páezero Antonio de Freitas
Vereador - Líder do PMDB

Luiz
Luiz

Juvenal Dias Ribeiro
JUVENAL DIAS RIBEIRO
Vereador PSDB

Alexandre de Oliveira
Alexandre de Oliveira
Vereador - P.T.B.

Lei

Orgânica

do

Município

de

Ibiúna

Atualizada em Dezembro de 2000.

PREÂMBULO

"O Povo Ibiunense, invocando a proteção de Deus, inspirado nos princípios constitucionais de a todos assegurar justiça e bem-estar, por seus representantes, decreta e promulga a seguinte **Lei Orgânica do Município de Ibiúna**."

TÍTULO I

Da Organização Municipal

CAPÍTULO I

Do Município.

SEÇÃO I

Disposições Gerais.

Artigo 1º .- O Município de Ibiúna, pessoa jurídica de direito público interno, no pleno uso de sua autonomia política , administrativa e financeira, reger-se-á por esta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - A sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria de Cidade, enquanto a sede do Distrito tem a categoria de Vila.

Artigo 2º .- São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo Único - São símbolos do Município a bandeira, o hino e o brasão, representativos de sua cultura e história.

Artigo 3º .- Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

SEÇÃO II

Da Divisão Administrativa do Município.

Artigo 4º .- O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em Distritos a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos por Lei, após consulta plebiscitária à população diretamente interessada, observada a legislação estadual e o atendimento aos requisitos estabelecidos no artigo 5º desta Lei Orgânica.

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego da técnica, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a consciência pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas na forma da lei as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e que provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade, mormente a proibição da pesca predatória em represa e rios que se situem no Município;

VIII - incentivar e desenvolver os mecanismos técnicos, legais e político-administrativos necessários à participação em consórcios com os Municípios da região, tendo por objetivo a solução de problemas comuns relativos à proteção ambiental e, em particular, à preservação dos recursos naturais;

IX - criar uma Associação de Proteção aos Animais.

§ 2º .- Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º .- As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Artigo 169 - O Município poderá criar um Parque Ecológico, para atender a preservação do meio ambiente, da flora e da fauna, inclusive firmando convênios com entidades nacionais ou estrangeiras.

Artigo 170 - O Município incentivará e auxiliará, tecnicamente, as associações e movimento de proteção ao meio ambiente, constituídos na forma da lei, respeitando sua autonomia e independência de atuação.

CAPÍTULO VIII

Do Transporte.

Artigo 171 - O transporte é um direito fundamental do cidadão, sendo de responsabilidade do Poder Público Municipal, juntamente com os usuários devidamente organizados, o planejamento, o gerenciamento, a operação e a fiscalização dos vários modos de transporte.

§ 1º .- A execução do sistema de transporte coletivo será feita, prioritariamente, pelo Município ou por empresas privadas mediante concessão ou permissão, nos termos da lei.

§ 2º .- O Prefeito poderá criar o Conselho Municipal de Transporte, cuja composição e atribuições serão fixadas por lei.

§ 3º - No julgamento da licitação serão preferenciais as propostas de empresas que se proponham utilizar ônibus adaptados para livre acesso e circulação de pessoas portadoras de deficiências físicas e motoras.

§ 4º - O Poder Público garantirá transporte gratuito aos maiores de sessenta (60) anos de idade e aos deficientes físicos e aos aposentados , bem como o uso de passes escolares para os professores e alunos do primeiro e do segundos graus.

TÍTULO V

Disposições Gerais e Transitórias.

Artigo 172 - Incumbe ao Município:

I - auscultar, permanentemente, a opinião pública, sempre que o interesse público não aconselhar o contrário , e os Poderes Executivo e Legislativo divulgarão, com a devida antecedência, os projetos de lei para o recebimento de sugestões;

II - adotar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos , punindo, disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos;

III -facilitar, no interesse educacional do povo, a difusão de jornais e outras publicações periódicas.

Artigo 173 - É lícito a qualquer cidadão obter informações e certidões sobre assuntos referentes à administração municipal.

Artigo 174 - Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio municipal.

Artigo 175 - O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Artigo 176 - Os cemitérios do Município terão sempre caráter secular, e serão administrados pela autoridade municipal, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos.

Parágrafo Único - As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da lei, manter cemitérios próprios fiscalizados, porém, pelo Município.

Artigo 177 - Até a promulgação da Lei Complementar referida no artigo 136 desta Lei Orgânica, é vedado ao Município despender mais do que 65% (sessenta e cinco por cento), do valor da receita corrente, limite este a ser alcançado no máximo, em cinco anos, a razão de um quinto por ano.

Artigo 178 - Até a entrada em vigor da Lei Complementar Federal, o projeto do plano plurianual para a vigência até o final do mandato em curso do Prefeito, e o projeto de lei orçamentária anual, serão encaminhados à Câmara até três meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvidos para sanção até o encerramento da sessão legislativa.